

Ata da primeira reunião do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Data: 08/07/2024

Hora: 14h30

Local: videoconferência

Participantes:

ANA CRISTINA DA SILVA – JUÍZA TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA

ANA LUÍZA TAVARES SOARES DA SILVA – SERVIDORA DA DIVISÃO DE GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS

ARTHUR DA COSTA CABRAL – SERVIDOR LOTADO NO NÚCLEO DE ATENDIMENTO A MAGISTRADOS

BÁRBARA FERREIRA FRAGOSO CALHEIROS – SERVIDORA LOTADA NA SEÇÃO DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAMILA VILLA CHAN PEREIRA CHARIFKER – SERVIDORA LOTADA NA DIVISÃO DE GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS

CLEONEIDE PEREIRA DE ARAÚJO – SERVIDORA LOTADA NA VARA ÚNICA DO TRABALHO DE PALMARES

EVELLYN DE SOUZA RODRIGUES – SERVIDORA LOTADA NA DIVISÃO DE GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS

LAÍS SAMPAIO PARENTE – SERVIDORA LOTADA NA SEÇÃO DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

LAURA CAVALCANTI DE MORAIS BOTELHO – JUÍZA TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BARREIROS

MARIANA DE CARVALHO MILET – JUÍZA SUBSTITUTA DA 3ª VARA DO TRABALHO DE RECIFE

MARINA DE OLIVEIRA XAVIER RAMOS – SERVIDORA LOTADA NA SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

MÁRIO DOS SANTOS DE ASSIS – SERVIDOR LOTADO NO NÚCLEO PEDAGÓGICO DA ESCOLA JUDICIAL

 EVELLYN DE SOUZA RODRIGUES
11/07/2024 13:08

 ARTHUR DA COSTA CABRAL
11/07/2024 16:19

 ANA LUÍZA TAVARES SOARES DA SILVA
11/07/2024 16:34

 MÁRIO DOS SANTOS DE ASSIS
12/07/2024 08:17

 LAURA CAVALCANTI DE MORAIS BOTELHO
12/07/2024 09:47

 BARBARA FERREIRA FRAGOSO CALHEIROS
12/07/2024 09:51

 LAÍS SAMPAIO PARENTE
12/07/2024 09:51

 MARIANA DE CARVALHO MILET
12/07/2024 09:53

 ANA CRISTINA DA SILVA
13/07/2024 15:34

 CAMILA VILLA CHAN PEREIRA CHARIFKER
15/07/2024 08:48

 MARINA DE OLIVEIRA XAVIER RAMOS
15/07/2024 19:10

 CLEONEIDE PEREIRA DE ARAÚJO
18/07/2024 13:40

Pauta:

1. Boas-vindas aos novos integrantes do Comitê;
2. Plano de ação do comitê – prazo para entrega;
3. Registrar as ações do comitê no site do CNJ e CSJT para concorrer à premiação – criação de controle/relatórios com as informações;
4. Evento do dia 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha (organização: feira de empreendedores, buffet etc.)
5. Programar letramento racial com os novos integrantes;
6. Calendarizar novos letramentos;

1. Às 14h30 foi aberta a reunião pela Dra. Ana Cristina, que deu as boas-vindas aos novos e às novas integrantes do Comitê e solicitou que cada um e cada uma se apresentasse.
2. Após, Dra. Ana reiterou a importância do Comitê e das ações que serão implementadas a partir dele. Assim, propôs o estabelecimento de 30 dias de prazo para a confecção do plano de ação do Comitê.
3. Camila lembrou que, para 2024, o plano do Subcomitê de Igualdade de Gênero, Raça, Diversidade e Equidade – colegiado que deu origem a este novo Comitê – era ampliar os letramentos sobre raça e gênero, trazer a discussão da religiosidade africana como uma questão de raça e a empregabilidade das pessoas trans, salientando que são temas que já foram pensados, mas podem ser ampliados.
4. Mário acrescentou a importância de incluir, na interseccionalidade dos assuntos abordados pelo Comitê, a questão das pessoas em situação de rua, que, por vezes, necessitam acessar os serviços do Tribunal e encontram barreiras nesse processo.
5. Dr. Ana Cristina rememorou que as ações do Subcomitê não foram registradas no site do CNJ e do CSJT, de modo que o TRT-6 não conseguiu se inscrever no Prêmio Equidade Racial para o ano de 2024. Sendo assim, esse é um ponto de atenção para que as próximas ações do colegiado fiquem registradas e, assim, possam concorrer em premiações futuras.
6. Mario endossou a importância de guardar essas evidências, dado o tempo exíguo para as inscrições nas premiações dos conselhos superiores, e propôs que fosse criada uma planilha no drive ou outra ferramenta que possa ser alimentada habitualmente com os indicadores que pontuam.
7. Bárbara acrescentou que o Plano de Logística Sustentável (PLS) traz a Resolução nº 550/2024 do CNJ (uma atualização das Resoluções 400 e 401), em que o tema

da equidade e da diversidade é previsto como obrigatório. Dentro desse tema, existem alguns indicadores que tocam as ações do Comitê. Nesse sentido, o registro das ações desenvolvidas pelo colegiado será muito importante tanto para as futuras candidaturas a premiações, quanto para o preenchimento do próprio PLS.

8. Dra. Mariana Millet informou que também faz parte do Comitê do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem e, ao longo do ano, vai alimentando o banco de dados das ações do colegiado, em formato de planilha, com fotos de atividades realizadas, artigos, links etc. Essa prática facilita a confecção do relatório do final do ano, bem como o levantamento dos dados necessários para as inscrições nos prêmios dos conselhos superiores. Ademais, explanou ter percebido grande desinformação, por parte das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa, acerca do que é assédio sexual e importunação sexual. Por essa razão, propôs que, em conjunto com as ações do Comitê de Combate ao Trabalho Infantil, haja afixação de cartazes nas escolas explicando o que são esses temas e como reconhecê-los, como uma das ações do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, no recorte de gênero.
9. Camila destacou que as servidoras Bárbara e Laís fizeram um levantamento sobre a composição dos colegiados, a fim de verificar o índice de participação de mulheres, idosos(as), pessoas negras e LGBTQIAPN+ nesses grupos. Assim, sugeriu que a ampliação dos grupos participantes dos colegiados fosse aprofundada mediante sugestão do Comitê Gestor Regional para que seja observada a composição mais diversa e representativa no momento de formação desses grupos. Além disso, no tocante ao registro das ações do Comitê, Camila lembrou que a Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão já faz um levantamento mensal das ações realizadas por todo o Tribunal e, nele, há um campo destinado ao antigo Subcomitê de Igualdade, onde são registradas as ações realizadas, a exemplo dos letramentos. E endossou a ideia de outros membros de criar uma pasta de evidências das ações realizadas.
10. Bárbara corroborou com a importância das evidências das ações como forma de comprovação para concorrer aos prêmios. Mostrou a planilha da composição dos colegiados temáticos por gênero e raça e colocou à disposição do Comitê. Lembrou que, recentemente, a Divisão de Saúde disponibilizou panfletos da campanha "Semáforo do Toque", os quais indicavam quais contatos nos corpos das crianças poderiam ou não ser permitidos, e levantou a possibilidade de o Comitê entrar em parceria com a Divisão de Saúde, confeccionando material conjunto, ampliando o tema.

11. Dra. Ana endossou a importância dessas ideias e de pensar na interseccionalidade do Comitê, que também se cruza com a pauta do Comitê de Combate ao Assédio bem como a de outros colegiados. Disse, ainda, que as ações costumam ser centralizadas, com prioridade para atingir o público interno, mas nada impede a expansão do público-alvo, coadunando com ações já realizadas por outros colegiados, a exemplo das ações do Comitê do Programa de Combate ao Trabalho Infantil nas escolas.
12. Mário propôs que, uma vez ao mês, fosse realizada uma reunião dos comitês pensando em atuação conjunta, o que potencializaria as ações realizadas e mitigaria o esvaziamento de público, que é uma realidade atualmente.
13. Marina salientou a necessidade de capilarização das ações do Comitê, visto que os(as) integrantes dos interiores não têm a mesma oportunidade de participar das ações realizadas como os(as) integrantes lotados na Sede do Regional têm.
14. Dr. Ana afirmou que para ampliar o alcance das ações é necessário mais pessoas, tendo em vista o acúmulo das tarefas com as atribuições normais de cada cargo. Por conseguinte, formulou a ideia de, mais à frente, distribuir os materiais aos(as) membros(as) do Comitê para que as ações sejam replicadas em maior quantidade e alcancem cada vez mais pessoas.
15. Dra. Mariana sugeriu que fosse criada uma espécie de “van do letramento”, pensando em realizar rodízio dos treinamentos e das ações do Comitê.
16. Mário propôs fazer um letramento na Escola Judicial com urgência, visto que houve relatos de participantes de curso realizado sobre a temática racial sofrendo discriminação racial, o que evidencia o racismo estrutural e institucional vigentes.
17. Dr. Ana reforçou o convite para o dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha, e solicitou à Camila que entrasse em contato com as mulheres negras empreendedoras que organizam a feira expositora.
18. Mário compartilhou a arte de convocação para o dia 25, apontando as melhorias que foram feitas e abrindo espaço para sugestões dos(as) participantes.
19. Camila comunicou que, em relação aos letramentos, a ideia de iniciar pela Presidência e Vice-Presidência foi engajar a alta administração e dar o exemplo, uma vez que ver a alta cúpula do Regional ser letrada e replicar os ensinamentos, mexe com a estrutura da instituição e sinaliza para qual direção estamos caminhando. A partir disso, pode-se pensar em ampliar para as outras unidades, incluindo os interiores.
20. Camila se prontificou a compartilhar o calendário do Subcomitê de Igualdade para acompanhamento dos eventos já realizados anteriormente e para sugestões das datas de novas ações. Além disso, propôs que o Pleno seja reservado para o

primeiro letramento destinado ao Comitê, como forma de capacitar e também integrar seus(suas) integrantes.

21. O grupo entrou em consenso sobre realizar o letramento para o Comitê na primeira semana de agosto, no período da tarde.
22. Camila anunciou que compartilhará a pasta com as ações do Subcomitê com todos(as) os(as) membros(as) no drive e que criará nova conta de e-mail para o Comitê, em virtude da mudança de nomenclatura do colegiado.
23. Às 16h, a reunião foi encerrada, com a concordância de todos os termos acima.